

Análise comparativa dos processos de referenciação em artigo de opinião e reportagem

Teresinha de J. Ferreira
Universidade Federal do Ceará

ABSTRACT: This article analyses the use of the following referential processes with nominal expressions: anaphoric encapsulation, discourse deictics and recategorization anaphor. We compared the uses of these elements within personal opinion articles and reports from national magazines. The main objective is to analyse with that intentions semantic-discoursives the referencing is used in opinion articles and reports and whether referential expressions cause an evaluative value.

PALAVRAS-CHAVE: referenciação; artigo de opinião; reportagem; argumentatividade.

1. Introdução

Pretendemos analisar, nesta pesquisa ainda em fase inicial, a frequência e a função dos elementos de referenciação — anafóricos e dêiticos — em dois gêneros reconhecidos como distintos no meio jornalístico: o artigo de opinião e a reportagem. Queremos comprovar se as mesmas expressões referenciais avaliativas que ajudam na argumentação do artigo de opinião são encontradas também na reportagem. O artigo de opinião é um gênero pertencente ao “jornalismo opinativo”, que, segundo Melo (1985), visa analisar a realidade, avaliando-a. Já a reportagem, está enquadrada na categoria de “jornalismo informativo”. Verificaremos se os elementos de referenciação, nestes gêneros, principalmente os que se manifestam por meio de expressões nominais, são empregados para imprimir funções avaliativo-argumentativas, tornando-se, assim, segundo Conte (1996), um poderoso meio de manipulação do leitor. Nossa hipótese primeira é a de que, no artigo de opinião, tendo em vista que, intencionalmente, ele apresenta uma “leitura do real” (avalia, critica, realça), encontraremos, com maior frequência, essas expressões referenciais. E, a reboque disso, formulamos também a hipótese de que a função semântica desses elementos referenciais é mais avaliativo-argumentativa no artigo de opinião do que na reportagem. Basear-nos-emos nos estudos sobre referenciação de Mondada (1994), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), que vêem o processo de referenciação como “uma negociação entre os enunciadores” para decidir sobre os modos de categorizar e recategorizar referentes e de designá-los apropriadamente.

Analisaremos uma amostra de 15 reportagens e 20 artigos de opinião selecionados de três revistas de circulação nacional: *Veja*, *Istoé* e *Superinteressante*. Os assuntos são variados, englobam política, religião, economia, ciências, vida social, televisão, moda etc.

Elegemos, para critérios de análise, em ambos os gêneros, as seguintes variáveis: a) tipo de remissão: anafórica ou catafórica; b) tipo de recuperação: por encapsulamento anafórico, por dêitico-discursivo nominal, por recategorizações anafóricas; e c) valor argumentativo ou não-argumentativo da expressão.

2. Caracterização de artigo de opinião e reportagem – no limite

A literatura sobre os gêneros jornalísticos traz o artigo de opinião e a reportagem em grupos distintos: esta é referida na categoria de jornalismo “informativo” e aquele, na de “opinativo”. Esta distinção é fundada, como se vê, na função comunicativa.

Anunciar, enunciar, pronunciar e denunciar são verbos geralmente atribuídos ao gênero reportagem, que oscila ainda entre outro gênero jornalístico, a notícia. O caráter de atualidade é um traço marcante que diferencia a notícia da reportagem. Enquanto a notícia informa pontualmente sobre um fato, a reportagem pretende buscar as raízes e desdobramentos desse

fato; há mais tempo para investigação na elaboração de uma reportagem. A notícia se esgota no anúncio; a reportagem, porém, só se esgota no desdobramento, na pormenorização, no amplo relato dos fatos. Assim, “o salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação — em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota — e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética”. (Bahia, 1990). Especificamente, as revistas semanais, como *Veja*, *Istoé* etc, nas suas reportagens, recuperam o fato, associando-o a outros fatos. Relacionam suas causas e efeitos, e possíveis desdobramentos, fazendo um texto “recuperativo”, priorizando uma interpretação dos fatos e a análise de suas conseqüências.

Opinar, criticar e avaliar são verbos característicos do gênero artigo de opinião, que pertence à categoria de “texto jornalístico interpretativo e opinativo”, aquele que desenvolve uma idéia e faz um comentário de um assunto, baseando-se em uma fundamentação.

A concepção de que a reportagem, assim como o artigo de opinião, expressa um ponto de vista do enunciador, ou da fonte, não parece, contudo estar muito clara nos manuais de redação dos grandes jornais do país. Comparem-se, como ilustração, as seguintes descrições, extraídas do manual da Folha de São Paulo: “A reportagem deve conter a descrição do fato **a mais exata e objetiva possível**, o relato das versões de todas as partes envolvidas no fato e, **se possível**, a opinião de especialistas” (p. 42). Por sua vez, o artigo é descrito como um “gênero jornalístico que traz interpretação ou opinião do autor” (p. 54); o artigo é um texto claramente argumentativo, faz o comentário de algo dito, é um gênero de “enunciação subjetiva” (Moirand, 1999, *apud* Cunha, 2002).

O artigo pode ainda ser fruto da elaboração não só de jornalistas, mas também da colaboração de convidados da instituição jornalística: técnicos, literatos ou especialistas. “A interpretação envolve, afinal, certa competência analítica.” (Lage, 2000:48).

Consideramos, no entanto, que existe **interpretação** em ambos os gêneros, e por isso é que decidimos fazer esta análise comparativa, a fim de verificar se os elementos referenciais comprovam a semelhança entre os dois gêneros em termos de valor axiológico.

3. Os processos de referenciação nos gêneros artigos e reportagem – funções discursivas.

O ato de designar as coisas do mundo sempre esteve presente nas mais diversas atividades humanas. Dentre as concepções existentes sobre os conteúdos discursivos e os seus significados, podemos destacar as concepções de referência em duas vertentes distintas. A primeira é a concepção de que há uma correspondência direta entre a linguagem e o mundo. Existe, neste caso, um mundo discursivo pré-concebido e, no tratamento

interacional, esse mundo é apenas acessado como realidade pronta, acabada e imutável. Em contrapartida, há a segunda concepção, defendida por Mondada (1994), Mondada e Dubois (1995), Apothéloz (1995), dentre outros, que vêem na referência uma atividade construída na interação, e os referentes são, portanto, “objetos de discurso”. Esta concepção mais moderna está presente, atualmente, em vários estudos, como os de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Marcuschi e Koch (1998), Koch (1997, 2002), dentre outros. O ato de referir as coisas do mundo se constrói no discurso, na interação, por isso a participação dos interlocutores é fundamental para decidir como (re)categorizar referentes e como designá-los de maneira adequada.

O léxico, segundo Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), possui uma complexidade característica, inesgotável de designações, e os sujeitos do discurso têm nesta complexidade lexical um amplo leque de escolhas para designar e para recriar o que pretendem, de acordo com o objetivo a ser alcançado.

3.1. A referência por meio de expressões nominais

Apothéloz e Reichler-Béguelin demonstram que, para designar um referente qualquer, é possível “abandonar a designação padrão, que corresponde ao nível de base da categorização e adaptar a expressão aos objetivos comunicacionais persuasivos”. Quando a expressão referencial é um “rótulo” (ver Francis, 1994 e, nessa mesma linha, Cavalcante, 2001), verifica-se um processo coesivo, realizado por meio de expressões nominais, que se referem a uma extensão do discurso. A característica principal do rótulo é que “ele exige realização lexical ou lexicalidade em seu cotexto: é um elemento nominal inerentemente não-específico, cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado” (Winter, 1982, 1992, *apud* Francis, 1994). Para Francis (1994), um rótulo retrospectivo encapsula ou “empacota uma extensão do discurso”, e ainda, segundo a autora, o critério maior para identificar um rótulo é que não há nenhum grupo nominal particular a que ele se refira: não é uma repetição ou um “sinônimo” de nenhum elemento precedente.” Desse modo, podemos afirmar que, em (1), há as mesmas características de rótulos nos termos *italicizados*:

(1) “Com efeito, Friedman temia os BCs. Seu medo era que quanto mais as pessoas acreditassem na regra maior seria a tentação dos BCs para “trapacear” e, de surpresa, capturar um monte de “imposto inflacionário” violando a regra, emitindo dinheiro demais. (...) A isso se chama monetarismo.

Contra *essas idéias* se insurgia toda uma tradição, nascida e cultivada mormente na Inglaterra (...). Para eles, a administração de um BC é muito mais arte que ciência e a economia é suficientemente imprevisível para não comandada por automatismos cegos. Essa escola de pensamento defende a idéia de um mandato amplo dado ao BC, algo como “defender o poder de compra da moeda nacional”, juntamente com algo como “de forma a favorecer o crescimento”, e verdadeira independência na forma de atuar.

Vamos chamar *essa postura* de Doutrina Bagehot.” (Artigo de opinião, *Veja*, 10/4/02)

“Essas idéias” rotula uma parte relativamente curta do discurso, mas a porção seguinte se presta a esclarecer mais **as idéias** e exemplificá-las. O rótulo “**essa postura**” é bem mais amplo, pois nele estão praticamente empacotadas todas as informações anteriores, sem que, no entanto, tenha um sinônimo pontual no discurso.

Cavalcante (2001) considera como *dêiticos discursivos* (DD) as expressões referenciais dêiticas que encapsulam informações difusas do cotexto. Em se tratando de rótulos, que se manifestam sempre SNs, haverá dêixis discursiva sempre que a expressão resumidora contiver um indicador ou marcador

dêitico. É importante reafirmar que nem todos os tipos de DD cumprem papel argumentativo. É o que podemos ver no exemplo (2), que retiramos de outra fonte, para melhor caracterizar o nosso estudo.

- (2) “Para um melhor entendimento do funcionamento do demonstrativo na perspectiva Discursiva, utilizando-se da nomenclatura proposta por Cardoso (*op.cit.*), caracterizarei os modos endofórico e exofórico desse pronome. (...) apresentarei, quando *nesta caracterização*, exemplos do corpus em análise - no caso, trechos de textos jornalísticos.” (AAC02 - artigo científico – Protexoto)

O rótulo “*nesta caracterização*” refere-se à porção antecedente do discurso, a toda uma situação exposta pelo autor, mas essa rotulação não se presta a avaliar a informação encapsulada. No exemplo (3), por outro lado, podemos observar os valores avaliativos do enunciador:

- (3) “De imponente mesmo o projeto Usimar tem o preço. ... a fábrica de São Luís do Maranhão custaria, numa primeira fase, 1,38 bilhão de reais. O investimento total seria de 1,7 bilhão. É dinheiro demais para uma empresa que se propunha a fabricar peças de automóveis, especialmente aquelas mais brutas, pesadas, como os blocos de motor, cabeçotes e cubos de roda. Isso sem que se encontre uma única indústria de automóveis nas redondezas. A mais próxima fica em Camaçari, na Bahia, a 1600 quilômetros de distância. De lá vem uma boa comparação para medir *a megalomania do natimorto projeto maranhense*. (...) Pois bem, o investimento somado de todas essas empresas fornecedoras da Ford em Camaçari empata com o custo projetado da Usimar de São Luís do Maranhão. *Um espanto*. (...)” (Reportagem, *Veja*, 13/03/2002)

Ao categorizar o projeto como “a megalomania”, há o efeito avaliativo sobre os propósitos dos autores dele. Temos também em “o natimorto projeto maranhense” e “um espanto”, recategorizações anafóricas, com uma avaliação expressa pelo adjetivo “natimorto”, que acompanha o nome nuclear; o autor da reportagem recategoriza o projeto ao mesmo tempo que acrescenta a ele uma predicação: “um espanto”.

É consensual, entre os estudiosos do assunto (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995, Conte, 1996, Francis, 1994, e Cavalcante, 2000, 2001) vêem a referência por meio de expressões nominais vírgula, como uma fortíssima estratégia cognitivo-discursiva na progressão textual e na construção dos significados textuais. O locutor, por meio de operações cognitivas, aposta na “percepção do leitor” para que, juntos, construam os significados.

Não somente os rótulos são importantes suportes de conteúdo avaliativo: outro recurso que pode expressar as intenções argumentativas do enunciador são as recategorizações lexicais. Observemos os exemplos (4) e (5), que seguem:

- (4) “A era do televisinho coincidiu com os anos de inocência da televisão (...) O televisinho olhava para *aquela caixinha luminosa* com deslumbramentos, sim mas também com suave distanciamento.” (Artigo de opinião, *Veja*, 27/02/2002)

Aqui, temos uma anáfora correferencial, que opera uma recategorização lexical para o termo “televisão”. De acordo com Apothéloz (1995), as recategorizações são escolhas lexicais feitas de modo imprimir ao texto os propósitos discursivos do autor.

- (5) “Numa *guerra suja*, a “base aliada” se engalfinha

com grampos e dossiês. Ninguém esperava que fosse tão cedo, faltando ainda sete meses para o pleito presidencial, mas a guerra suja das campanhas eleitorais já deu o ar de sua graça. Na semana passada, no rastro da devassa policial no escritório da Lunus, a empresa da governadora Roseana Sarney e de seu marido, Jorge Murad, Brasília foi tomada por *aquela parafernália que traz a superfície o que há de mais subterrâneo*: espionagem, grampos telefônicos e dossiês”. (Veja 20 março 2002 - Reportagem “E as bruxarias andam soltas”. Autoria de Felipe Patury e Marcelo Carneiro, pág. 38).

Na própria categorização do referente como “guerra suja”, no lide da reportagem e “bruxarias” no título, que são de natureza avaliativa, vê-se a intenção argumentativa do enunciador. Em “aquela parafernália...”, um elemento catafórico, há uma elaboração predicativa e avaliativa. Também nas recategorizações de (6), há a (re)interpretação e a “refocalização” do referente, a partir de SNs predicativos:

- (6) “*Aquela inocente caixa de luz* revelou-se muito mais que *uma caixa de luz*, porém. Revelou-se *uma caixa de surpresas, caixa de Pandora, caixa-preta* – escolha o leitor *a caixa* de sua preferência” (Saúde do telezinho, op. cit.)

Vejamos ainda outros exemplos, (7), (8) e (9), nos quais os processos empregados cumprem igualmente um papel argumentativo.

- (7) “Afirmei nesta coluna que os cursos E (no provão) podiam trazer grandes benefícios aos alunos. Alguns médicos enviaram e-mails protestando: Como? Ser tratado por um médico formado em escola E? (...) *um punhadinho de doutos médicos* não soube ler o texto (...). (Artigo de Opinião, *Veja*, 6/03/2002)

Há recategorização para o referente de “*alguns médicos*” (os que enviaram e-mails protestando). Note-se que a avaliação feita é em tom irônico, confirmada pelo uso do diminutivo.

- (8) “Analisando apenas os estudantes sem atrasos, nossos escores empatam com os da Rússia. *Resultado horripilante* para a Rússia... (O Brasil lê mal, op. cit.)

Em (8), temos encapsulamento anafórico; trata-se de encapsular o “resultado”, que foi exposto anteriormente no contexto, comparando-o, qualitativamente, na Rússia e no Brasil.

- (9) “Carlos Menem amarga um ostracismo inédito (...) *Principal cacique* do partido peronista (...) *O septuagenário Menem*... onde vive com a segunda mulher, a chilena Cecília Bolocco... *Figurinha carimbada nas festas, portenhas* (...). (Reportagem, *Veja*, 6/03/2002)

Temos, em (9), recategorizações em cadeia, que se referem a Carlos Menem e à sua mulher; são expressões atribuídas pelo enunciador, é o seu ponto de vista que está sendo exposto acerca dos referentes. As expressões cumprem, ao mesmo tempo, função referencial e predicativa.

4. Análise dos resultados

Nosso questionamento central se fixou na comparação entre dois gêneros jornalísticos de natureza distinta: artigo de

opinião e reportagem, na construção dos sentidos por meio de expressões nominais de referência. Pelo levantamento comparativo, podemos comprovar que os elementos de referência, usados com valor axiológico estão presentes, com bastante frequência, em ambos os gêneros, o que nos leva a comprovar, pelo levantamento que fizemos dos processos de referência empregados nos dois gêneros, a hipótese de que não só o artigo avalia, mas a reportagem também o faz. Esses elementos de referência não cumprem apenas a função avaliativa, mas também organizam fisicamente as informações. E isso também foi possível detectar em ambos os gêneros.

5. Considerações finais

A partir dessa amostragem, podemos observar que realmente os gêneros jornalísticos artigo de opinião e reportagem, apesar de terem natureza distinta, ficam entre tênues fronteiras, no que tange à maneira de organizar e discutir os assuntos abordados, principalmente quando analisamos pelo aspecto da construção de processos de referência por meio de SNs ou expressões nominais. Podemos confirmar que as mesmas expressões referenciais avaliativas que ajudam na argumentação do artigo de opinião, são encontradas também nas reportagens. Há uma recorrência, com intensidade bem aproximada, dos elementos da referência para fins avaliativos, em ambos os gêneros. Assim, podemos afirmar que não só o artigo “avalia”, mas a reportagem também.

Referências bibliográficas

- APOTHÉLOZ; REICHLER - BÉGUELIN, M. J. *Construction de la référence et stratégies de designation*. In BERENDONNER & REICHLER-BÉGUELIN, 1995. pp. 227-71.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- CAVALCANTE, M. M. *Subtipos de nomeação*. /Conferência apresentada por ocasião da 53a Reunião Anual da SBPC. Salvador: UFBA, 2001/.
- _____. *Expressões indiciais em contextos de uso*: por uma caracterização dos dêiticos discursivos. Recife, 205p. Tese /Doutorado em Lingüística/ - Universidade Federal do Pernambuco, 2000.
- _____. *Traços lexicais das rotulações*. /Comunicação apresentada no VI Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada/. Belo Horizonte: UFMG, 2001/.
- CONTE, Maria-Elisabeth. Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of Linguistics*, 10, 1996, p. 1-10.
- CUNHA, D. de A. Carneiro. O funcionamento dialógico em notícias e artigo de opinião. In: DIONÍSIO, A. P. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 166-179.
- FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. *Advances in written analysis*. London and New York: Ed. Routledge, 1994. p. 83-101.
- LAGE, Nilson. *A estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2000.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. Construction des objects de discours et categorization: un appoche des processus de réfereciation. *TRANEL*. 1995, p. 273-302.

¹ O número de artigos de opinião é maior, tendo em vista que são menos extensos, com um menor volume de palavras, do que a reportagem.